

# SUMÁRIO

|             |   |           |
|-------------|---|-----------|
| <b>1</b>    | <b>PETIÇÃO INICIAL – Treinamento</b>  | <b>33</b> |
| <b>1.</b>   | <b>Cabeçalho da peça inicial</b>  | <b>33</b> |
| 1.          | Introdução  | 33        |
| 1.1.        | Mudança com a reforma trabalhista do ano de 2017  | 34        |
| 2.          | Estruturação da petição inicial   | 35        |
| 3.          | Endereçamento   | 36        |
| 3.1.        | Competência territorial   | 36        |
| 3.1.1.      | Regra   | 36        |
| 3.1.2.      | Prestação de serviços em diversos locais  | 38        |
| 3.1.3.      | Domicílio do autor como elemento definidor de competência   | 39        |
| 3.1.4.      | Foro do domicílio do autor da ação quando este for menor de idade, em caso de falecimento do empregado                      | 41        |
| 3.1.5.      | Cláusula de eleição de foro   | 42        |
| 3.1.6.      | Exceção de incompetência relativa em razão do lugar   | 43        |
| 3.1.6.1.    | Prazo   | 43        |
| 3.1.6.2.    | Suspensão do processo   | 43        |
| 3.1.6.3.    | Manifestação da parte contrária   | 43        |
| 3.1.6.4.    | Produção de provas  | 43        |
| 3.1.6.5.    | Decisão da exceção  | 44        |
| <b>2.</b>   | <b>Benefício da justiça gratuita</b>  | <b>44</b> |
| 1.          | Introdução  | 44        |
| 2.          | Quem tem direito à justiça gratuita?  | 45        |
| 2.1.        | Empregado que recebe salário inferior ou igual a R\$ 2.573,43 (40% do limite máximo do RGPS – Valor em 2021 - R\$ 6.433,57) | 45        |
| 2.2.        | Empregado que recebe salário superior a R\$ 2.573,43 (40% do limite máximo do RGPS – Valor em 2021 - R\$ 6.433,57)          | 46        |
| 3.          | Empregador solicitando o benefício da justiça gratuita  | 49        |
| 4.          | Qual é o momento em que deverá ser formulado o pedido de justiça gratuita?  | 51        |
| 5.          | O juiz poderá conceder de ofício o benefício da assistência judiciária gratuita?  | 51        |
| 6.          | Justiça gratuita x honorários de sucumbência  | 52        |
| 7.          | Justiça gratuita x multas processuais x litigância de má-fé   | 55        |
| <b>3.</b>   | <b>Requerimentos preliminares</b>   | <b>59</b> |
| <b>3.1.</b> | <b>Distribuição por dependência – prevenção</b>   | <b>59</b> |
| 1.          | Introdução  | 60        |
| 2.          | Interrupção da prescrição   | 61        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>4. Aspectos materiais e processuais.....</b>  | <b>62</b> |
| <b>4.1. Responsabilidade da litisconsorte – terceirização lícita .....</b>                                     | <b>62</b> |
| 1. Introdução - Lei 6.019/74.....  | 63        |
| 1.1. Não aplicação da Lei 6.019/74.....  | 63        |
| 2. Trabalho temporário - Lei 6.019/74.....   | 64        |
| 2.1. Permissão para contratação de trabalhador temporário no âmbito rural.....                                 | 64        |
| 2.2. Greve e contratação de empregados por meio da Lei 6.019/74.....   | 65        |
| <b>2.3. Exigência de registro no Ministério do Trabalho e Previdência .....</b>                                | <b>65</b> |
| 2.4. Requisitos do contrato cível entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviços.....         | 66        |
| 2.5. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços .....  | 66        |
| 2.6. Proibição de firmar contrato de experiência .....   | 67        |
| 2.7. Novo contrato temporário entre o empregado e o mesmo tomador/ contratante.....                            | 67        |
| 2.8. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços .....  | 68        |
| 2.9. Responsabilidade do contratante/tomador dos serviços na terceirização ilícita.....                        | 70        |
| 2.10. Contrato de trabalho do empregado com a empresa de trabalho temporário.....                              | 72        |
| 3. Terceirização em geral (novidade com a Lei 13.429/2017).....  | 72        |
| 3.1. Possibilidade de quarteirização.....  | 73        |
| 3.2. Ausência de vínculo com a tomadora de serviços .....  | 74        |
| 3.3. Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços.....                                  | 74        |
| 3.4. Empresa contratante/Tomadora dos serviços .....   | 75        |
| 3.5. Local da prestação de serviços .....  | 75        |
| 3.6. Responsabilidade pelas condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores terceirizados..... | 76        |
| 3.7. Responsabilidade da tomadora dos serviços/contratante .....   | 76        |
| 4. Responsabilidade da Administração Pública na terceirização lícita .....                                     | 76        |
| 4.1. Ônus da Prova da culpa da Administração Pública .....   | 78        |
| <b>4.2. Isonomia salarial.....</b>   | <b>80</b> |
| <b>5. Responsabilidade do dono da obra .....</b>   | <b>80</b> |
| <b>4.2. Reconhecimento do vínculo de emprego.....</b>  | <b>82</b> |
| 1. Introdução .....  | 82        |
| 2. Artigos sobre vínculo de emprego .....  | 82        |
| 3. Requisitos para configurar o vínculo de emprego .....   | 83        |
| 3.1. Pessoa física .....   | 83        |
| 3.2. Pessoaalidade .....   | 85        |
| 3.3. Não eventualidade.....  | 86        |
| 3.4. Onerosidade .....   | 87        |
| 3.5. Subordinação .....  | 90        |
| 3.5.1. Subordinação estrutural.....  | 91        |
| 3.5.1.1. Teletrabalho.....   | 92        |
| 4. Obrigação de anotar a CTPS.....   | 93        |
| 4.1. Presunção de veracidade das informações na CTPS.....  | 95        |
| 4.2. Prazo para anotar a CTPS .....  | 96        |
| 4.3. Dano moral pela anotação desabonadora na CTPS do empregado.....   | 97        |
| 4.4. Ausência de registro do empregado – penalidade administrativa .....                                       | 103       |
| 4.4.1. Princípio da dupla visita .....   | 104       |

|   |            |
|---|------------|
| 5. Vínculo de emprego e ônus da prova .....   | 105        |
| 5.1. Defesa de mérito direta .....  | 105        |
| 5.2. Defesa de mérito indireta .....  | 105        |
| 5.3. Situações hipotéticas.....   | 106        |
| 6. Não gera vínculo de emprego .....  | 110        |
| 6.1. Diarista .....   | 110        |
| 6.2. Cabeleireiro x Salão de beleza .....   | 110        |
| 6.2.1. Contratos de parceria nos termos da Lei 12.592/2012.....   | 110        |
| 6.2.2. Aluguel de cadeira e contrato de parceria.....   | 111        |
| 6.3. Trabalho eventual.....   | 113        |
| 6.4. Relação de trabalho voluntário .....   | 113        |
| 6.5. Cooperados com a cooperativa e tomadores dos serviços.....   | 115        |
| 6.6. Residência médica.....   | 117        |
| 6.7. Trabalho em campanhas eleitorais .....   | 117        |
| 6.7.1. Atividades de direção nos órgãos partidários.....  | 118        |
| 6.8. Trabalhador autônomo.....  | 118        |
| 6.8.1. Trabalhador autônomo – Motorista cadastrado em plataforma digital ...  | 120        |
| <b>4.3. Saldo de salário .....</b>  | <b>123</b> |
| 1. Introdução.....  | 124        |
| <b>4.4. Aviso prévio indenizado.....</b>  | <b>124</b> |
| 1. Cabimento do aviso prévio .....  | 124        |
| 2. Prazo do aviso prévio .....  | 126        |
| 3. Contagem do aviso prévio .....   | 128        |
| 4. Se o empregado foi demitido sem justa causa em 15.09.2011 e trabalhou 2 anos e 1 mês, ele tem direito a 36 dias de aviso prévio?.....                  | 128        |
| 5. O aviso proporcional é aplicado quando o empregado pede demissão? .....  | 128        |
| 5.1. Aviso prévio trabalhado na dispensa sem justa causa.....   | 130        |
| 6. Jornada de trabalho de quem está cumprindo aviso prévio trabalhado .....   | 133        |
| 7. Como é que se calcula o aviso prévio .....   | 134        |
| 8. Justa causa x aviso prévio.....  | 135        |
| 9. Aviso prévio x estabilidade no emprego .....   | 135        |
| 10. Negociação coletiva x aviso prévio.....   | 137        |
| <b>4.5. Décimo terceiro salário proporcional (10/12) .....</b>  | <b>137</b> |
| 1. Introdução.....  | 137        |
| 2. Data de pagamento.....   | 138        |
| 3. Pagamento do 13º salário .....   | 138        |
| 4. Adiantamento.....  | 138        |
| 5. Quando é devido o 13º salário?.....  | 139        |
| 6. Negociação coletiva x 13º salários .....   | 140        |
| 7. Pagamento a menor de férias em decorrência do pagamento do “salário por fora” –Dobra das férias devida. De acordo com o entendimento da 6ª Turma ..... | 140        |
| <b>4.6. Férias vencidas em dobro acrescidas de 1/3 .....</b>  | <b>141</b> |
| <b>4.7. Férias vencidas simples acrescidas de 1/3 .....</b>   | <b>141</b> |
| <b>4.8. Férias proporcionais acrescidas de 1/3.....</b>   | <b>141</b> |
| 1. Introdução .....   | 142        |
| 2. Duração das férias .....   | 142        |
| 3. Não será considerada falta ao serviço.....   | 143        |
| 4. Não terá direito a férias .....  | 143        |

|   |            |
|---|------------|
| 5. Aquisição do direito.....  | 144        |
| 5.1. Serviço militar obrigatório.....   | 144        |
| 6. Concessão, gozo e fracionamento das férias.....  | 145        |
| 7. Pagamento das férias.....  | 146        |
| 8. Não concessão de férias no período concessivo – pagamento em dobro.....                      | 147        |
| 8.1. Pagamento das férias fora do prazo legal.....  | 148        |
| 8.2. Empregador que convoca o empregado de férias para trabalhar – Dobra das férias devida..... | 152        |
| 9. Cessação do contrato de trabalho.....  | 152        |
| 10. Abono de férias.....  | 153        |
| 10.1. Imposição do abono pecuniário de férias pelo empregador.....                              | 154        |
| 11. Culpa recíproca para o fim do contrato.....   | 156        |
| 12. Férias coletivas.....   | 157        |
| <b>4.9. Horas extras.....</b>   | <b>157</b> |
| 1. Introdução.....  | 158        |
| 2. Tempo à disposição do empregador.....  | 158        |
| 3. Horas de sobreaviso e prontidão.....   | 159        |
| 3.1. Sobreaviso.....  | 159        |
| 3.2. Prontidão.....   | 160        |
| 3.3. Tempo de espera do motorista.....  | 161        |
| 3.4. Horas <i>in itinere</i> .....  | 161        |
| 3.5. Acidente do trabalho no percurso – Casa/ Trabalho – Trabalho / Casa.....                   | 162        |
| 3.5.1. Acidente de trajeto do empregado que possui dois empregos.....                           | 162        |
| 3.5.2. Desvio da rota casa / trabalho.....  | 163        |
| 3.5.3. Ônus da prova na alegação do desvio de rota.....   | 165        |
| 3.5.4. Consequências para o empregador em decorrência do acidente de trajeto.....               | 165        |
| 3.5.4.1. Abertura da CAT.....   | 165        |
| 3.5.4.2. Não pode demitir sem justa causa em razão da estabilidade acidentária.....             | 166        |
| 3.5.4.2.1. Pressupostos da estabilidade acidentária.....  | 166        |
| 3.5.5. Validade do pedido de demissão.....  | 166        |
| 3.5.6. Dispensa por justa causa.....  | 168        |
| 3.5.7. Obrigação de recolher o FGTS 8%.....   | 169        |
| 3.5.8. Responsabilidade Civil.....  | 171        |
| 3.5.8.1. Acidente de trajeto em veículo próprio.....  | 171        |
| 3.5.8.1.1. Exceção – Responsabilidade do empregador.....  | 171        |
| 3.5.8.2. Acidente de trajeto em veículo fornecido pelo empregador....                           | 174        |
| 3.5.8.3. Acidente de trajeto nos casos de cortesia (carona).....                                | 176        |
| 4. Quantidade de horas normais trabalhadas por dia e por semana.....                            | 177        |
| 4.1. Turno ininterrupto de revezamento.....   | 178        |
| 4.2. Jornada de trabalho do bancário.....   | 181        |
| 4.3. Trabalho em regime de tempo parcial.....   | 182        |
| 5. Quantidade de horas extras permitidas por dia.....   | 183        |
| 5.1. Jornada 12 x 36.....   | 185        |
| 5.2. Horas extras em área insalubre.....  | 186        |
| 6. Pagamento das horas extras.....  | 186        |
| 6.1. Pagamento em dinheiro.....   | 187        |
| 6.2. Base de cálculo das horas extras.....  | 187        |
| 6.3. Reflexos das horas extras.....   | 188        |

|  |            |
|--|------------|
| 6.4. Pagamento com folgas compensatórias .....   | 190        |
| 7. Pré-contratação de horas extras .....   | 191        |
| 8. Supressão das horas extras .....  | 193        |
| 9. Cartão de ponto .....   | 193        |
| 9.1. Faculdade de pré-anotação dos períodos de repouso / intervalo .....                                     | 195        |
| 9.2. Consequências da não exibição em juízo do cartão de ponto .....   | 196        |
| 9.3. Cartão de ponto uniforme .....  | 197        |
| 9.4. Cartão de ponto por exceção .....   | 197        |
| 9.5. Exibição parcial em juízo do cartão de ponto .....  | 198        |
| 9.6. Variações de horários no registro de ponto .....  | 199        |
| 9.7. Validade dos cartões de ponto sem assinatura .....  | 200        |
| 9.8. Quem não precisa do controle de ponto .....   | 201        |
| 9.8.1. Empregados enquadrados no art. 62 da CLT .....  | 201        |
| 9.8.1.1. Trabalhador que exerce atividade externa incompatível<br>com a fixação de horário de trabalho ..... | 202        |
| 9.8.1.2. Função de confiança .....   | 202        |
| 9.8.1.2.1. Cargo de confiança – gerente de agência x gerente<br>geral de agência .....                       | 204        |
| 9.8.1.3. Teletrabalho .....  | 205        |
| 9.8.1.4. Estabelecimentos que possuam até 20 empregados .....  | 205        |
| <b>4.10. Trabalho aos domingos .....</b>   | <b>206</b> |
| 1. Introdução .....  | 206        |
| 2. Trabalho aos domingos .....   | 207        |
| 2.1. Trabalho aos domingos pela mulher .....   | 207        |
| 3. Feriados .....  | 209        |
| <b>4.11. Adicional noturno .....</b>   | <b>210</b> |
| 1. Hora noturna – empregado urbano .....   | 210        |
| 2. Hora noturna – empregado doméstico .....  | 211        |
| 3. Hora noturna diferenciada .....   | 211        |
| 3.1. Hora noturna – bancários .....  | 211        |
| 3.2. Hora noturna – rural .....  | 212        |
| 3.3. Hora noturna – petroleiros .....  | 212        |
| 3.4. Hora noturna – advogados .....  | 213        |
| 4. Reflexos das horas noturnas .....   | 213        |
| <b>4.12. Horas intrajornadas .....</b>   | <b>214</b> |
| 1. Introdução .....  | 214        |
| 2. Intervalo no início da jornada – impossibilidade .....  | 215        |
| 3. Intervalo concedido no fim da jornada – impossibilidade .....   | 215        |
| 4. Redução do intervalo para refeição .....  | 216        |
| 4.1. Redução .....   | 216        |
| 4.1.1. Com autorização do Ministério do Trabalho e Previdência .....   | 216        |
| 4.1.2. Com autorização por meio de acordo ou convenção coletiva .....  | 216        |
| 4.2. Fracionamento do intervalo para refeição .....  | 217        |
| 5. Intervalos não computados na jornada de trabalho .....  | 217        |
| 5.1. Exceção .....   | 217        |
| 6. Intervalo não concedido .....   | 218        |
| 7. Intervalos diferenciados .....  | 220        |
| 8. Intervalos não previstos em lei .....   | 221        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>4.13. Horas interjornadas.....</b>                                      | <b>221</b> |
| 1. Introdução.....   | 222        |
| <b>4.14. FGTS 8% depositado pelo empregador .....</b>                      | <b>223</b> |
| 1. Introdução .....  | 223        |
| 2. Alíquotas e pagamento.....  | 224        |
| 3. Não incide o FGTS sobre férias indenizadas .....                        | 225        |
| 4. Afastamento do empregado do emprego – suspensão contratual.....         | 225        |
| 5. Atualização do FGTS .....   | 227        |
| 6. FGTS do doméstico.....  | 227        |
| 7. Ônus da prova dos depósitos do FGTS .....                               | 227        |
| 8. Saque do FGTS pelo empregado .....                                      | 228        |
| 9. Outros artigos da Lei 8.036/90.....                                     | 230        |
| 9.1. Penhora do FGTS.....  | 230        |
| 9.2. Transação da estabilidade decenal para o FGTS.....                    | 231        |
| 10. Prescrição do FGTS.....  | 231        |
| 11. Negociação coletiva X FGTS .....                                       | 232        |
| <b>4.15. Auxílio-alimentação .....</b>                                     | <b>232</b> |
| 1. Remuneração do empregado.....   | 232        |
| 1.1. Gorjetas .....  | 233        |
| 1.1.1. Não servem de base de cálculo .....                                 | 233        |
| 1.1.2. Servem de base de cálculo.....                                      | 233        |
| 1.1.3. Verbas equiparadas .....  | 234        |
| 1.1.3.1. Direito de arena.....   | 234        |
| 1.1.3.2. Gueltas.....  | 235        |
| 1.2. Salário.....  | 236        |
| 1.2.1. Prazo para pagamento do salário .....                               | 236        |
| 1.2.1.1. Negociação por meio de norma coletiva.....                        | 236        |
| 1.2.1.2. Sábado dia útil para pagamento de salário .....                   | 237        |
| 1.2.1.3. Data de pagamento do salário do empregado doméstico .....         | 238        |
| 1.2.2. Salário <i>in natura</i> .....                                      | 238        |
| 1.2.2.1. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> .....  | 238        |
| 1.2.2.2. Não será salário <i>in natura</i> pelo art. 458, § 2º da CLT..... | 240        |
| 1.2.2.3. Valor da utilidade.....   | 241        |
| 1.2.3. Espécies de salário.....  | 242        |
| 1.2.3.1. Salário mínimo.....   | 242        |
| 1.2.3.2. Salário profissional .....  | 243        |
| 1.2.3.3. Piso salarial.....  | 243        |
| 1.2.3.4. Salário normativo .....   | 243        |
| 1.2.3.5. Comissões e percentagens .....                                    | 243        |
| 1.2.3.5.1. Época de pagamento das comissões.....                           | 244        |
| 1.2.3.5.1.1. Fato gerador .....  | 244        |
| 1.2.3.5.1.2. Data de pagamento.....  | 246        |
| 1.2.3.5.1.3. Estorno das comissões .....                                   | 246        |
| 1.2.3.5.1.4. Cláusula <i>star del credere</i> .....                        | 248        |
| 1.2.3.5.2. Horas extras do comissionista .....                             | 248        |
| 1.2.3.6. Salário complessivo .....   | 249        |
| 1.2.3.7. Salário-substituição .....  | 250        |
| 1.2.4. Parcelas salariais.....   | 251        |
| 1.2.4.1. Gratificações legais e de função .....                            | 251        |

|              |   |            |
|--------------|---|------------|
| 1.2.4.2.     | Quebra de caixa .....   | 252        |
| 1.2.4.3.     | Reflexo nas verbas trabalhistas.....  | 252        |
| 1.2.5.       | Parcelas não salariais .....  | 253        |
| 1.2.5.1.     | Salário-família .....   | 253        |
| 1.2.5.2.     | Abono do PIS.....   | 254        |
| 1.2.5.3.     | Ajuda de custo.....   | 255        |
| 1.2.5.4.     | Diárias para viagem .....   | 255        |
| 1.2.5.5.     | Participação nos lucros.....  | 255        |
| 1.2.5.6.     | Alimentação do trabalhador .....  | 257        |
| 1.2.5.7.     | Vale-transporte .....   | 258        |
| 1.2.5.7.1.   | Quem utiliza veículo próprio deve receber vale-transporte? .....                              | 260        |
| 1.2.5.8.     | Direito de imagem .....   | 261        |
| 1.2.5.9.     | <b>Stock options</b> .....  | 263        |
| 1.2.5.10.    | Prêmios.....  | 264        |
| 1.2.5.11.    | Abonos .....  | 265        |
| 1.2.5.12.    | Fornecimento/manutenção de equipamentos e reembolso de despesas .....                         | 265        |
| 1.2.6.       | Pagamento do salário em moeda nacional .....  | 266        |
| 1.2.7.       | Proibição do <i>truck system</i> .....  | 266        |
| <b>4.16.</b> | <b>Multa de 40% sobre o FGTS .....</b>  | <b>267</b> |
| 1.           | Introdução .....  | 267        |
| 2.           | Multa de 20% do FGTS.....   | 267        |
| 2.1.         | Nos casos de culpa recíproca ou força maior .....   | 267        |
| 2.2.         | Nos casos de distrato.....  | 268        |
| 3.           | Aposentadoria espontânea e multa do FGTS .....  | 269        |
| 4.           | Multa do FGTS do doméstico.....   | 269        |
| 5.           | Multa. Art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS.....             | 269        |
| 6.           | Negociação coletiva X multa do FGTS .....   | 270        |
| <b>4.17.</b> | <b>Seguro-desemprego .....</b>  | <b>271</b> |
| 1.           | Introdução .....  | 271        |
| 2.           | Requisitos para receber o seguro-desemprego .....   | 272        |
| 3.           | Número de parcelas.....   | 272        |
| 4.           | Indenização equivalente paga pelo empregador .....  | 274        |
| 5.           | Negociação coletiva x seguro-desemprego.....  | 274        |
| <b>4.18.</b> | <b>Multa do § 8º do art. 477 da CLT .....</b>   | <b>274</b> |
| 1.           | Introdução.....   | 274        |
| 2.           | Valor da multa.....   | 276        |
| 3.           | Indenização por danos morais – ausência ou atraso na quitação das verbas rescisórias .....    | 277        |
| 4.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: pessoa jurídica de direito público .....                  | 281        |
| 5.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: reversão da justa causa em juízo.....                     | 281        |
| 6.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: reconhecimento judicial de vínculo de emprego.....        | 283        |
| 7.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: pagamento tardio da multa de 40% do FGTS.....             | 284        |
| 8.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: parcelamento de verbas rescisórias .....                  | 286        |
| 9.           | Multa. art. 477 da CLT – aplicação: rescisão indireta .....                                   | 291        |
| 10.          | Multa. art. 477 da CLT – não aplicação: atraso na homologação – pagamento no prazo legal..... | 293        |

|  |            |
|--|------------|
| 11. Multa. art. 477 da CLT – não aplicação: diferenças rescisórias reconhecidas em juízo .....   | 298        |
| 12. Multa. art. 477 da CLT – não aplicação: falência da empresa.....   | 302        |
| 13. Multa. art. 477 da CLT – aplicação: empresa em recuperação judicial .....  | 303        |
| 14. Multa. art. 477 da CLT – aplicação: complemento do pagamento de verbas rescisórias fora do prazo legal.....                              | 304        |
| 15. Multa. art. 477 da CLT – não aplicação: morte do empregado .....   | 307        |
| 16. Base de cálculo da multa .....   | 309        |
| <b>4.19. Restabelecimento do plano de saúde .....</b>  | <b>310</b> |
| 1. Introdução .....  | 310        |
| 2. Manutenção de plano de saúde no afastamento pelo INSS.....  | 311        |
| 3. Direito de manter o plano de saúde caso seja demitido sem justa causa .....   | 313        |
| 4. Indenização por danos morais pelo cancelamento do plano de saúde.....   | 314        |
| 5. Manutenção do plano de saúde após a demissão .....  | 316        |
| 5.1. Contribuição .....  | 316        |
| 5.2. Coparticipação .....  | 317        |
| 5.3. Requisitos para manutenção do plano de saúde.....   | 317        |
| 5.4. Prazo .....   | 318        |
| 5.4.1. Prazo mínimo para o empregado continuar com o plano de saúde .....  | 318        |
| 5.4.2. Prazo máximo para o empregado demitido imotivadamente continuar com o plano de saúde .....  | 318        |
| 5.4.3. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com 10 ou mais anos para o plano de saúde .....                               | 318        |
| 5.4.4. Prazo máximo para o empregado aposentado que contribuiu com menos de 10 anos para o plano de saúde .....                              | 318        |
| 5.4.5. Perde as condições do plano o empregado que conseguir novo emprego.....   | 318        |
| 5.4.6. Dever de ser informado sobre o direito de optar pelo plano de saúde....   | 319        |
| <b>4.20. Devolução de descontos indevidos – contribuições sociais.....</b>   | <b>319</b> |
| 1. Introdução.....   | 319        |
| 2. Contribuição sindical .....   | 320        |
| 2.1. Sujeitos passivos da contribuição.....  | 320        |
| 2.2. Valor da contribuição pelos empregados .....  | 320        |
| 2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo .....  | 321        |
| 3. Contribuição confederativa .....  | 321        |
| 4. Contribuição assistencial .....   | 322        |
| <b>4.21. Devolução de descontos indevidos .....</b>  | <b>323</b> |
| 1. Introdução .....  | 323        |
| 2. Descontos permitidos.....   | 323        |
| 2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado.....   | 324        |
| 2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado.....   | 324        |
| 2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado .....   | 325        |
| 2.3.1. Dano moral e competência da justiça do trabalho .....   | 326        |
| 2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte.....   | 329        |
| 2.4.1. Desconto no salário do empregado – Alíquota de 6% – Fornecimento de transporte pelo empregador – veículo próprio ou de terceiros..... | 330        |
| 2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação .....  | 330        |
| 2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado.....   | 331        |
| 2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado .....   | 332        |



|  |            |
|--|------------|
| 2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador.....  | 332        |
| 3. Valor do desconto no salário .....  | 333        |
| 4. Descontos não permitidos .....  | 333        |
| 4.1. Descontos por penalidade de multa .....   | 333        |
| 4.2. Contribuição sindical, confederativa, assistencial e outras .....   | 334        |
| 4.2.1. Contribuição Sindical .....   | 334        |
| 4.2.1.1. Sujeitos passivos da contribuição.....  | 335        |
| 4.2.1.2. Valor da contribuição pelos empregados .....  | 335        |
| 4.2.1.3. Notificação pessoal do sujeito passivo .....  | 335        |
| 4.2.2. Contribuição confederativa .....  | 336        |
| 4.2.3. Contribuição assistencial .....   | 337        |
| 4.3. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa.....   | 337        |
| <b>4.22. Adicional de insalubridade .....</b>  | <b>338</b> |
| 1. Introdução .....  | 339        |
| 2. Atividade insalubre .....   | 339        |
| 2.1. Atividades que não geram o direito ao percentual de insalubridade.....  | 342        |
| 2.1.1. Quem está manuseando produtos de limpeza de uso doméstico.....  | 342        |
| 2.1.2. Simples umidade .....   | 343        |
| 3. Proibição de trabalhar em área insalubre .....  | 344        |
| 3.1. Menor de 18 anos .....  | 344        |
| 3.2. Empregada gestante .....  | 345        |
| 3.3. Empregado que trabalha realizando horas extras .....  | 346        |
| 4. O recebimento do adicional não gera direito adquirido .....   | 346        |
| 4.1. Fornecimento de EPI pela empresa.....   | 347        |
| 5. Cumulação com adicional de periculosidade.....  | 349        |
| 6. Bases para cálculo do adicional de insalubridade.....   | 352        |
| 7. Base de cálculo para as horas extras.....   | 358        |
| 8. Empregado que trabalhar com mais de um agente insalubre não pode cumular os percentuais da insalubridade .....  | 358        |
| 9. Agente insalubre diverso do apontado na inicial.....  | 359        |
| <b>4.23. Adicional de periculosidade.....</b>  | <b>360</b> |
| 1. Introdução.....   | 360        |
| 2. Vigilante.....  | 362        |
| 3. Não tem direito ao adicional de periculosidade .....  | 362        |
| 3.1. Quem está em contato eventual com explosivos, inflamáveis ou demais agentes .....   | 362        |
| 3.2. Os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo..... | 363        |
| 3.3. Vigia .....   | 364        |
| 3.4. Quem está de sobreaviso.....  | 364        |
| 4. Cumulação com adicional de insalubridade .....  | 365        |
| 5. Bases para cálculo .....  | 367        |
| <b>4.24. Acúmulo de função .....</b>   | <b>370</b> |
| 1. Acúmulo de funções ≠ equiparação salarial ≠ desvio de função .....  | 370        |
| 2. Acúmulo de função.....  | 372        |
| 2.1. Análise de caso prático .....   | 374        |

|  |            |
|--|------------|
| 2.1.1. Bancário x transporte de valores .....                                    | 374        |
| 2.1.2. Motorista x cobrador de ônibus .....                                      | 376        |
| 3. Desvio de função .....  | 377        |
| <b>4.25. Equiparação salarial .....</b>  | <b>378</b> |
| 1. Introdução .....  | 378        |
| 2. Requisitos .....  | 379        |
| 2.1. Identidade de função .....  | 379        |
| 2.1.1. Função ≠ tarefa .....   | 380        |
| 2.1.2. Cabe equiparação de trabalho intelectual .....                            | 380        |
| 2.2. Identidade de empregador .....  | 381        |
| 2.3. Simultaneidade .....  | 382        |
| 2.4. Tempo de serviço e na função .....  | 382        |
| 2.5. Inexistência de quadro de carreira e plano de cargos e salários .....       | 383        |
| 2.6. Paradigma não pode ser readaptado .....                                     | 383        |
| 2.7. Mesma perfeição técnica .....   | 384        |
| 3. Decisão judicial e paradigma remoto .....                                     | 385        |
| 4. Vantagem pessoal .....  | 385        |
| 5. Discriminação por sexo ou etnia .....   | 385        |
| 6. Cessão de empregados .....  | 386        |
| 7. Equiparação no serviço público .....  | 386        |
| 8. Prescrição .....  | 387        |
| 9. Ônus da prova .....   | 387        |
| 10. Equiparação por equivalência .....   | 388        |
| <b>4.26. Responsabilidade civil do empregador .....</b>                          | <b>389</b> |
| 1. Mapa da responsabilidade civil .....  | 390        |
| 2. Elementos da responsabilidade civil .....                                     | 390        |
| 3. Responsabilidade subjetiva .....  | 391        |
| 3.1. Conduta humana – culpa ou dolo .....  | 391        |
| 3.1.1. Comportamento positivo .....  | 391        |
| 3.1.2. Comportamento negativo .....  | 391        |
| 3.2. Danos .....   | 391        |
| 3.2.1. Danos materiais .....   | 392        |
| 3.2.1.1. Dano emergente .....  | 392        |
| 3.2.1.2. Lucro cessante .....  | 393        |
| 3.2.2. Dano moral .....  | 393        |
| 3.2.2.1. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral .....                          | 394        |
| 3.2.2.2. Alguns exemplos de atos que geram danos morais .....                    | 395        |
| 3.2.2.2.1. Exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais ..... | 395        |
| 3.2.2.2.2. Humilhações no contrato de trabalho - agressões verbais .....         | 397        |
| 3.2.2.2.3. Acusação de furto .....   | 399        |
| 3.2.2.2.4. Atribuição de apelidos pejorativos .....                              | 402        |
| 3.2.2.2.5. Atraso reiterado no pagamento de salários .....                       | 402        |
| 3.2.2.2.6. Monitoramento de e-mail pessoal .....                                 | 405        |
| 3.2.2.2.7. Revista íntima .....  | 406        |
| 3.2.2.2.8. Acidente de trabalho .....  | 409        |
| 3.2.2.2.8.1. Obrigação de emitir a CAT .....                                     | 410        |

|  |            |
|--|------------|
| 3.2.2.2.9. Assédio moral .....   | 419        |
| 3.2.2.2.10. Promessa de contratação frustrada .....  | 420        |
| 3.2.2.2.11. Dispensa discriminatória.....  | 422        |
| 3.2.2.2.11.1. Dispensa discriminatória no Direito<br>do Trabalho segundo a legislação e a<br>jurisprudência..... | 423        |
| 3.2.2.2.11.2. Rol exemplificativo do art. 1º da Lei<br>9.029/95.....   | 423        |
| 3.2.2.2.11.3. Exemplos de dispensa discriminatória<br>segundo o TST.....   | 425        |
| 3.2.2.2.11.4. Exemplos de dispensa que não são<br>discriminatórias segundo a jurispri-<br>dência.....            | 458        |
| 3.2.2.2.11.5. Pedido de reintegração nos casos<br>dispensa discriminatória .....                                 | 466        |
| 3.2.2.2.11.6. Ônus da prova na dispensa discrimi-<br>natória.....  | 468        |
| 3.2.2.2.12. Prejuízo de afeição .....  | 468        |
| 3.2.2.2.12.1. Conceito .....   | 468        |
| 3.2.2.2.12.2. Cabimento .....  | 468        |
| 3.2.2.2.12.3. Legitimidade para solicitar o dano .....   | 469        |
| 3.2.2.2.13. Registro do atestado médico na CTPS .....  | 474        |
| 3.2.2.2.13.1. Recusa do atestado médico emitido<br>por médicos não conveniados .....                             | 481        |
| 3.2.2.2.14. Limbo previdenciário .....   | 483        |
| 3.2.2.2.15. Apropriação indébita previdenciária .....  | 487        |
| 3.2.2.2.16. Ócio remunerado.....   | 489        |
| 3.2.2.3. Alguns exemplos de atos que não geram danos morais .....  | 491        |
| 3.2.2.3.1. Direito de imagem - uso de uniforme com logomar-<br>cas de fornecedores e propaganda de produtos..... | 491        |
| 3.2.2.3.2. Revista em pertences de empregados de modos<br>moderados.....   | 492        |
| 3.2.2.3.3. Ausência ou atraso na quitação das verbas rescis-<br>sórias.....                                      | 494        |
| 3.2.2.3.3.1. Atraso do último salário .....  | 496        |
| 3.2.2.3.4. Monitoramento de e-mail corporativo.....  | 497        |
| 3.2.2.4. Arbitramento do valor do dano moral .....   | 499        |
| 3.2.2.5. Cumulação do dano moral e do dano material .....  | 500        |
| 3.2.3. Dano estético .....   | 500        |
| 3.2.3.1. Cumulação do dano moral e do dano estético.....   | 501        |
| 3.3. Nexa causal .....   | 502        |
| 4. Responsabilidade objetiva .....   | 503        |
| <b>4.27. Reintegração – pessoa com deficiência.....</b>  | <b>504</b> |
| 1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....   | 504        |
| <b>4.28. Reintegração no emprego – estabilidade acidentária .....</b>  | <b>504</b> |
| 1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....   | 504        |
| <b>4.29. Reintegração no emprego – estabilidade gravídica .....</b>  | <b>505</b> |
| 1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....   | 505        |
| <b>4.30. Reintegração no emprego – estabilidade do dirigente sindical.....</b>                                   | <b>505</b> |
| 1. Da tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....   | 505        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4.31. Indenização substitutiva da reintegração .....</b>                                 | <b>506</b> |
| 1. Introdução .....   | 506        |
| 2. Estabilidade .....   | 506        |
| 2.1. Estabilidade decenal .....   | 507        |
| 2.2. Estabilidade do servidor público celetista.....  | 507        |
| 2.2.1. Quem possui estabilidade do art. 41 da CF/88.....                                    | 509        |
| 2.2.2. Quem não possui estabilidade do art. 41 da CF/88 .....                               | 509        |
| 2.2.2.1. Necessidade de motivação (princípio da motivação) .....                            | 509        |
| 2.2.3. Empregados de conselho regional – Ausência de estabilidade .....                     | 511        |
| 2.2.4. Ausência de garantia de emprego nos contratos nulos com a Administração Pública..... | 513        |
| 3. Estabilidade provisória .....  | 514        |
| 3.1. Estabilidade acidentária .....   | 515        |
| 3.1.1. Conceito de acidente do trabalho.....  | 515        |
| 3.1.1.1. Acidente típico.....   | 515        |
| 3.1.1.2. Doenças ocupacionais.....  | 515        |
| 3.1.2. Pressupostos da estabilidade acidentária.....  | 518        |
| 3.1.2.1. Concausa x estabilidade.....   | 519        |
| 3.1.3. Acidente no contrato de experiência .....  | 520        |
| 3.1.4. Acidente no curso do aviso prévio indenizado.....                                    | 520        |
| 3.1.5. Estabilidade provisória x encerramento das atividades da empresa.....                | 521        |
| 3.1.6. Segundo emprego x Estabilidade acidentária .....                                     | 522        |
| 3.1.7. Necessidade de inquérito judicial.....   | 523        |
| 3.2. Dirigente sindical.....  | 523        |
| 3.2.1. Dirigentes das Centrais Sindicais .....  | 524        |
| 3.2.2. Registro do sindicato.....   | 525        |
| 3.2.3. Comunicação do empregador.....   | 526        |
| 3.2.4. Limitação ao número de dirigente e suplentes .....                                   | 526        |
| 3.2.5. Categoria diferenciada .....   | 527        |
| 3.2.6. Extinção da empresa .....  | 528        |
| 3.2.7. Registro da candidatura no aviso prévio.....   | 529        |
| 3.2.8. Transferência do empregado .....   | 529        |
| 3.2.9. Necessidade de inquérito judicial para despedida por justa causa .....               | 530        |
| 3.2.10. Quem não tem estabilidade .....   | 530        |
| 3.2.10.1. Membro do Conselho Fiscal .....   | 530        |
| 3.2.10.2. Delegado sindical .....   | 531        |
| 3.2.10.3. Quem foi contratado para exercer função de confiança.....                         | 531        |
| 3.3. Cipeiro.....   | 532        |
| 3.3.1. Representante do empregador na CIPA possui estabilidade? .....                       | 532        |
| 3.3.2. Suplente possui estabilidade? .....  | 533        |
| 3.3.3. Extinção do estabelecimento.....   | 533        |
| 3.3.4. Possibilidades de demissão do empregado cipeiro .....                                | 534        |
| 3.3.5. Necessidade de inquérito judicial.....   | 535        |
| 3.4. Empregada gestante .....   | 536        |
| 3.4.1. Desconhecimento do estado gravídico.....   | 537        |
| 3.4.2. Garantia de emprego no contrato de experiência .....                                 | 538        |
| 3.4.2.1. Garantia de emprego temporário regido pela Lei 6.019/74 .....                      | 540        |
| 3.4.2.2. Garantia de emprego nos cargos em comissão .....                                   | 541        |
| 3.4.3. Renúncia ou transação .....  | 542        |
| 3.4.4. Fechamento da empresa .....  | 542        |

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| 3.4.5.       | Novo emprego após a demissão x estabilidade.....   | 543        |
| 3.4.6.       | Mulher ou homem adotante – guarda provisória .....   | 545        |
| 3.4.7.       | Aborto espontâneo x estabilidade.....  | 547        |
| 3.4.8.       | Pedido de demissão x estabilidade.....   | 549        |
| 3.4.9.       | Concepção ocorrida antes do início do contrato .....   | 551        |
| 3.4.10.      | Estabilidade para quem detiver guarda do filho em caso de falecimento da genitora.....                                 | 553        |
| 3.4.11.      | Necessidade de inquérito judicial?.....  | 553        |
| 3.4.12.      | Período pré-eleitoral x estabilidade provisória.....   | 554        |
| 3.5.         | Estabilidade do diretor de cooperativa.....  | 556        |
| 3.5.1.       | O suplente do diretor de cooperativa tem estabilidade? .....   | 556        |
| 3.5.2.       | Necessidade de inquérito judicial?.....  | 557        |
| 3.6.         | Outras estabilidades provisórias no emprego .....  | 558        |
| 3.6.1.       | Representante dos empregados no conselho curador do FGTS.....  | 558        |
| 3.6.2.       | Representante dos empregados no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS .....                                   | 559        |
| 3.6.3.       | Empregados de empresas que aderirem ao PSE – Programa Seguro-Emprego .....   | 559        |
| 3.6.4.       | Representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia .....  | 560        |
| 3.6.5.       | Empregado reabilitado e empregado com deficiência .....  | 561        |
| 3.6.6.       | Comissão de representantes dos empregados.....   | 562        |
| 4.           | Reintegração dos empregados demitidos .....  | 563        |
| 5.           | Prazo para ajuizamento da ação .....   | 566        |
| 6.           | Pedido de demissão do empregado estável .....  | 568        |
| 7.           | Tutela provisória de urgência de natureza antecipada .....   | 569        |
| <b>4.32.</b> | <b>Salário-família .....</b>   | <b>569</b> |
| 1.           | Introdução .....   | 569        |
| <b>4.33.</b> | <b>Do pedido.....</b>  | <b>570</b> |
| <b>4.34.</b> | <b>Formas de rescisão do contrato de trabalho .....</b>  | <b>571</b> |
| 1.           | Despedida sem justa causa .....  | 571        |
| 1.1.         | Impossibilidade de demissão sem justa causa no período de 30 (trinta) dias que antecede a data-base da categoria ..... | 571        |
| 1.2.         | Verbas devidas na dispensa sem justa causa.....  | 573        |
| 2.           | Pedido de demissão .....   | 574        |
| 2.1.         | Cláusula de permanência .....  | 574        |
| 2.2.         | Conversão do pedido de demissão em rescisão indireta.....  | 576        |
| 2.3.         | Pedido de demissão X Estabilidade no emprego .....   | 580        |
| 2.4.         | Verbas devidas no pedido de demissão .....   | 581        |
| 3.           | Despedida com justa causa .....  | 582        |
| 3.1.         | Ônus da prova na dispensa por justa causa .....  | 583        |
| 3.2.         | Elementos da justa causa.....  | 584        |
| 3.2.1.       | Imediatividade.....  | 584        |
| 3.2.2.       | Perdão tácito .....  | 586        |
| 3.2.3.       | <b>Non bis in idem .....</b>   | <b>587</b> |
| 3.2.4.       | Ausência de discriminação.....   | 589        |
| 3.2.5.       | Gradação da penalidade .....   | 589        |
| 3.2.6.       | Relação entre a falta e o trabalho .....   | 590        |
| 3.2.7.       | Gravidade .....  | 591        |

|   |     |
|---|-----|
| 3.3. Comunicação do motivo da justa causa.....  | 592 |
| 3.4. Hipóteses de justa causa .....   | 593 |
| 3.4.1. Ato de improbidade.....  | 593 |
| 3.4.2. Incontinência de conduta ou mau procedimento.....  | 598 |
| 3.4.3. Negociação habitual.....   | 600 |
| 3.4.4. Condenação criminal .....  | 600 |
| 3.4.5. Desídia .....  | 601 |
| 3.4.6. Embriaguez.....  | 603 |
| 3.4.7. Violação de segredo da empresa .....   | 606 |
| 3.4.8. Indisciplina e insubordinação .....  | 607 |
| 3.4.9. Abandono de emprego.....   | 607 |
| 3.4.9.1. Publicação em jornal .....   | 608 |
| 3.4.10. Ato lesivo da honra ou da boa fama e ofensas físicas .....  | 613 |
| 3.4.11. Prática constante de jogos de azar .....  | 614 |
| 3.4.12. Perda da habilitação profissional .....   | 614 |
| 3.4.13. Declaração falsa para recebimento do vale-transporte ou o uso indevido gera justa causa? .....        | 615 |
| 3.5. Justa causa no curso do auxílio-doença.....  | 617 |
| 3.6. Procedimento interno x justa causa.....  | 619 |
| 3.7. Greve e justa causa .....  | 621 |
| 3.8. Pagamento da rescisão na justa causa.....  | 622 |
| 3.9. Verbas devidas na dispensa por justa causa.....  | 622 |
| 3.10. Reversão da justa causa .....   | 623 |
| 3.10.1. Pedidos na reversão da Justa causa.....   | 624 |
| 4. Término do contrato a termo (prazo determinado).....   | 627 |
| 4.1. Verbas devidas.....  | 627 |
| 5. Rescisão indireta do contrato de trabalho .....  | 628 |
| 5.1. Hipóteses de rescisão indireta .....   | 628 |
| 5.1.1. Serviços superiores às suas forças .....   | 628 |
| 5.1.2. Rigor excessivo .....  | 630 |
| 5.1.3. Perigo manifesto de mal considerável.....  | 631 |
| 5.1.4. Não cumprir o contrato de trabalho.....  | 632 |
| 5.1.4.1. Mora salarial reiterada.....   | 632 |
| 5.1.4.2. Ausência de depósitos do FGTS .....  | 633 |
| 5.1.5. Ato lesivo da honra e boa fama .....   | 635 |
| 5.1.6. Agressão física.....   | 635 |
| 5.1.7. Redução do trabalho .....  | 635 |
| 5.2. Nos casos de rescisão indireta, o empregado precisa continuar trabalhando após o protocolo da ação?..... | 636 |
| 5.3. Verbas devidas na rescisão indireta do contrato de trabalho.....   | 636 |
| 6. Aposentadoria espontânea .....   | 637 |
| 6.1. Verbas devidas.....  | 638 |
| 7. <i>Factum principis</i> .....  | 639 |
| 7.1. Verbas devidas.....  | 639 |
| 8. Extinção da empresa .....  | 640 |
| 8.1. Verbas devidas .....   | 641 |
| 9. Dispensa coletiva .....  | 641 |
| 9.1. Verbas devidas.....  | 643 |

|   |     |
|---|-----|
| 10. Culpa recíproca.....                                | 644 |
| 10.1. Verbas devidas .....                              | 644 |
| 11. Distrato – acordo entre empregado e empregador..... | 645 |
| 11.1. Verbas devidas .....                              | 646 |
| 12. Plano de demissão voluntária ou incentivada.....    | 647 |
| 12.1. Verbas devidas .....                              | 650 |
| 13. Rescisão do contrato por força maior .....          | 651 |
| 13.1. Verbas devidas .....                              | 651 |

## **2 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – Treinamento..... 653**

|   |            |
|---|------------|
| 1. Fundamento legal .....   | 653        |
| 2. Introdução .....   | 653        |
| 3. Cabimento.....   | 653        |
| 4. Ação de consignação – justa causa x ação de anulação de justa causa procedente = multa do art. 477, § 8º da CLT..... | 654        |
| 5. Pagamento de custas processuais.....   | 655        |
| 6. Protocolo da ação.....   | 655        |
| 7. Depósito do valor ou coisa .....   | 655        |
| <b>1. Cabeçalho da ação de consignação .....</b>  | <b>655</b> |
| <b>2. Mérito .....</b>  | <b>656</b> |
| <b>2.1. Do contrato de trabalho .....</b>   | <b>656</b> |
| <b>2.2. Das verbas rescisórias .....</b>  | <b>656</b> |
| <b>2.3. Aviso prévio .....</b>  | <b>656</b> |
| <b>2.4. Saldo de salário .....</b>  | <b>656</b> |
| <b>2.5. 13º salário.....</b>  | <b>656</b> |
| <b>2.6. Férias +1/3.....</b>  | <b>657</b> |
| <b>2.7. FGTS e seguro-desemprego .....</b>  | <b>657</b> |
| <b>2.8. CTPS e celular .....</b>  | <b>657</b> |
| <b>3. Pedido.....</b>   | <b>657</b> |

## **3 INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE – Treinamento ..... 659**

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução.....   | 659 |
| 2. Prazo para ajuizamento do inquérito.....  | 659 |
| 3. Garantias de emprego que necessitam de inquérito judicial para rescindir o contrato por falta grave.....                | 661 |
| 4. Empregados portadores de estabilidade que não precisam do inquérito judicial para serem desligados por justa causa..... | 662 |
| 5. Ajuizamento da ação para empregados que não necessitam de inquérito para serem dispensados por justa causa .....        | 664 |
| 6. Requisitos da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave .....   | 665 |
| 7. Consequências pela improcedência da ação de inquérito judicial para apuração de falta grave.....                        | 665 |

|  |     |
|--|-----|
| 1. Cabeçalho da ação de inquérito para apuração de falta grave ..... | 666 |
| 2. Mérito .....  | 667 |
| 2.1. Do contrato de trabalho .....                                   | 667 |
| 3. Do interesse processual .....                                     | 667 |
| 4. Da tempestividade do inquérito .....                              | 667 |
| 5. Do pedido .....   | 668 |

#### **4 CONTESTAÇÃO – Treinamento..... 669**

|   |            |
|---|------------|
| 1. Cabeçalho da contestação .....   | 669        |
| 1. Introdução.....  | 669        |
| 2. Estruturação da contestação .....  | 670        |
| 3. Preliminares.....  | 670        |
| 3.1. Incompetência absoluta – contribuições previdenciárias.....  | 670        |
| 3.2. Inépcia da petição inicial – ausência de pedido.....   | 671        |
| 3.3. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – indenização por danos morais .....                                 | 671        |
| 3.4. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir – sobreaviso.....  | 671        |
| 3.5. Inépcia da petição inicial – ausência de causa de pedir e pedido .....   | 671        |
| <b>1.Preliminares.....</b>  | <b>672</b> |
| 1.Introdução.....   | 672        |
| 1.1. Inexistência ou nulidade da citação.....   | 672        |
| 1.2. Incompetência absoluta.....  | 673        |
| 1.2.1. Competência absoluta em razão da matéria e da pessoa .....   | 675        |
| 1.2.1.1. Competência da justiça do trabalho.....  | 675        |
| 1.2.1.1.1. Relação de trabalho.....   | 675        |
| 1.2.1.1.2. Relação de emprego .....   | 675        |
| 1.2.1.1.3. Entes de direito público externo .....   | 676        |
| 1.2.1.1.4. Empresas que decretaram falência.....  | 677        |
| 1.2.1.1.5. A justiça do trabalho não terá competência para analisar os seguintes processos .....                                  | 679        |
| 1.2.1.1.5.1. Servidor público estatutário X Administração Pública.....  | 679        |
| 1.2.1.1.5.1.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho.....  | 680        |
| 1.2.1.1.6. Ação criminal .....  | 682        |
| 1.2.1.1.7. Ação de cobrança de honorários advocatícios contratuais .....  | 682        |
| 1.2.1.1.8. Ações contra o organismo internacional.....  | 685        |
| 1.2.1.1.9. Ações de complementação de aposentadoria.....  | 685        |
| 1.2.1.1.9.1. Exceção – Competência da justiça do trabalho .....   | 687        |
| 1.2.1.1.10. Ações para autorização para participação de crianças e adolescentes em eventos artísticos .....                       | 688        |
| 1.2.1.1.11. Ações que versam sobre o labor realizado pelo presidiário no cumprimento da pena.....                                 | 688        |
| 1.2.1.1.12. Dissídios coletivos de servidores celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público ..... | 689        |



|  |            |
|--|------------|
| 1.2.1.1.13. Ação civil pública para implementação de políticas públicas para erradicação do trabalho infantil ....   | 689        |
| 1.2.1.1.14. Ação Civil Pública para impor obrigação de não-fazer consistente na vedação ao Estado de firmar contrato de cogestão do sistema prisional estadual com empresa privada ..... | 690        |
| 1.2.1.2. Ações que envolvam exercício do direito de greve .....  | 691        |
| 1.2.1.3. Ações sindicais.....  | 693        |
| 1.2.1.4. Ações de mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> .....   | 695        |
| 1.2.1.5. Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.....  | 696        |
| 1.2.1.6. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....   | 697        |
| 1.2.1.7. Ações relativas às penalidades administrativas.....   | 699        |
| 1.2.1.8. Execução das contribuições sociais .....  | 700        |
| 1.2.1.8.1. Execução do INSS do pacto laboral .....   | 700        |
| 1.2.1.8.2. Execução do INSS - SAT - Seguro de Acidente de Trabalho.....  | 703        |
| 1.2.1.8.3. Execução do INSS de terceiros – Incompetência da Justiça do Trabalho .....  | 703        |
| 1.2.1.9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.....  | 704        |
| 1.2.1.9.1. Ações sobre cadastramento no PIS.....   | 704        |
| 1.2.1.9.2. Ações sobre quadro de carreira .....  | 704        |
| 1.2.1.9.3. Ações sobre seguro-desemprego .....   | 705        |
| 1.2.1.9.4. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....   | 706        |
| 1.2.1.9.5. Direito Desportivo.....   | 708        |
| 1.3. Impugnação do valor da causa.....   | 709        |
| 1.4. Inépcia da petição inicial.....   | 709        |
| 1.4.1. Quando na peça inicial faltar pedido ou causa de pedir .....  | 710        |
| 1.4.2. Quando o pedido for indeterminado.....  | 711        |
| 1.4.3. Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão .....   | 711        |
| 1.4.4. Quando a ação contiver pedidos incompatíveis entre si .....   | 712        |
| 1.5. Perempção trabalhista - Sanção processual: 6 meses sem propor qualquer ação.....  | 712        |
| 1.6. Litispendência e coisa julgada .....  | 715        |
| 1.6.1. Litispendência – ação individual X coletiva .....   | 715        |
| 1.7. Conexão e continência .....   | 716        |
| 1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização .....   | 717        |
| 1.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual .....   | 718        |
| 1.9.1. Interesse processual .....  | 719        |
| 1.9.2. Legitimidade das partes .....   | 720        |
| 1.9.2.1. Legitimidade do espólio .....   | 720        |
| 1.9.2.1.1. Representação do espólio em juízo .....   | 724        |
| 1.10. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar .....   | 727        |
| 1.11. Convenção de arbitragem .....  | 728        |
| <b>3. Prejudicial de mérito .....</b>  | <b>729</b> |
| <b>3.1. Prescrição bienal.....</b>   | <b>729</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3.2. Prescrição quinquenal parcial .....</b>  | <b>729</b> |
| <b>3.3. Prescrição quinquenal total – alteração do contrato de trabalho .....</b>          | <b>729</b> |
| 1. Conceito.....   | 730        |
| 2. Momento de arguição da prescrição .....   | 730        |
| 2.1. Prescrição de ofício no processo de conhecimento.....                                 | 731        |
| 3. Contagem do prazo prescricional .....   | 733        |
| 4. Prazos prescricionais .....   | 733        |
| 4.1. Prescrição bienal total.....  | 734        |
| 4.2. Prescrição quinquenal parcial.....  | 735        |
| 4.2.1. Prescrição do FGTS.....   | 735        |
| 4.3. Prescrição quinquenal total.....  | 737        |
| 4.4. Prescrição – empregado doméstico .....  | 738        |
| 5. Prescrição nas ações de danos morais por acidente do trabalho.....                      | 739        |
| 5.1. Regra.....  | 739        |
| 5.2. Exceção.....  | 745        |
| 6. Causas que interferem na contagem do prazo da prescrição.....                           | 746        |
| 6.1. Causa impeditiva da prescrição.....   | 746        |
| 6.1.1. Menor empregado .....   | 746        |
| 6.1.2. Menor herdeiro .....  | 746        |
| 6.2. Causa suspensiva da prescrição .....  | 747        |
| 6.3. Causa interruptiva da prescrição.....   | 748        |
| 7. Outros temas sobre prescrição.....  | 751        |
| 7.1. Prescrição intercorrente .....  | 751        |
| 7.2. OJ 401 da SDI-1 do TST .....  | 751        |
| 7.3. Prescrição do empregado aposentado por invalidez ou afastado pelo auxílio-doença..... | 752        |
| 7.4. Prescrição pela não anotação da CTPS .....  | 752        |
| 7.5. Prescrição das férias .....   | 753        |
| <b>4. Defesa de mérito .....</b>   | <b>754</b> |
| <b>4.1. Gerente geral de agência bancária .....</b>  | <b>754</b> |
| 1. Introdução .....  | 754        |
| 2. Cargo de confiança – gerente de agência x gerente geral de agência.....                 | 755        |
| 3. Direito ao pagamento em dobro do RSR e feriados .....                                   | 756        |
| <b>4.2. Ausência de estabilidade do delegado sindical .....</b>                            | <b>756</b> |
| 1. Introdução.....   | 757        |
| <b>4.3. Equiparação salarial – paradigma readaptado .....</b>                              | <b>757</b> |
| 1. Introdução .....  | 757        |
| <b>4.4. Férias .....</b>   | <b>758</b> |
| 1. Introdução.....   | 758        |
| <b>4.5. Estabilidade provisória do suplente de diretor de cooperativa .....</b>            | <b>760</b> |
| 1. Introdução .....  | 760        |
| <b>4.6. Horas extras – trabalho externo.....</b>   | <b>761</b> |
| 1. Introdução .....  | 761        |
| <b>4.7. Férias – afastamento pelo INSS superior a 6 meses .....</b>                        | <b>762</b> |
| 1. Introdução.....   | 762        |
| <b>4.8. Equiparação salarial .....</b>   | <b>763</b> |
| 1. Introdução .....  | 763        |
| <b>4.9. Vale-transporte .....</b>  | <b>764</b> |

|   |            |
|---|------------|
| 1. Introdução .....   | 764        |
| <b>4.10. Danos morais – revista íntima em pertences – indevido .....</b>                                    | <b>765</b> |
| 1. Introdução .....   | 766        |
| <b>4.11. Danos morais – assédio moral.....</b>  | <b>767</b> |
| 1. Introdução .....   | 767        |
| <b>4.12. Hora extra – turno ininterrupto de revezamento.....</b>  | <b>768</b> |
| 1. Introdução .....   | 768        |
| <b>4.13. Hora extra – gerente geral de agência bancária .....</b>   | <b>769</b> |
| 1. Introdução .....   | 770        |
| <b>4.14. Equiparação salarial .....</b>   | <b>771</b> |
| 1. Introdução .....   | 771        |
| <b>4.15. Adicional de transferência .....</b>   | <b>771</b> |
| 1. Introdução .....   | 772        |
| 2. Possibilidade de alteração.....  | 773        |
| 3. Transferência provisória por necessidade de serviço.....   | 774        |
| 3.1. Valor do adicional e duração do adicional.....   | 774        |
| 3.2. Quem tem direito .....   | 775        |
| 4. Quem não pode ser transferido .....  | 775        |
| 5. Direito de resistência .....   | 776        |
| 6. Despesas decorrentes da transferência .....  | 777        |
| 7. Transferência ao exterior .....  | 777        |
| <b>4.16. Devolução de desconto indevido .....</b>   | <b>778</b> |
| 1. Introdução.....  | 778        |
| 2. Descontos permitidos.....  | 778        |
| 2.1. Desconto de INSS – Cota-parte do empregado.....  | 779        |
| 2.2. Desconto de IRRF – Cota-parte do empregado .....   | 779        |
| 2.3. Desconto referente ao empréstimo consignado .....  | 780        |
| 2.4. Desconto referente ao custeio do vale-transporte.....  | 781        |
| 2.5. Desconto referente ao custeio da alimentação .....   | 781        |
| 2.6. Desconto no salário por ato culposo do empregado .....   | 781        |
| 2.7. Desconto no salário por ato doloso do empregado .....  | 782        |
| 2.8. Desconto do valor de bens ou serviços colocados à disposição do empregado pelo próprio empregador..... | 783        |
| 3. Valor do desconto no salário .....   | 784        |
| 4. Descontos não permitidos .....   | 784        |
| 4.1. Desconto por penalidade de multa .....   | 784        |
| 4.2. Contribuição sindical .....  | 784        |
| 4.2.1. Sujeitos passivos da contribuição.....   | 785        |
| 4.2.2. Valor da contribuição pelos empregados .....   | 785        |
| 4.2.3. Notificação pessoal do sujeito passivo .....   | 785        |
| 4.3. Contribuição confederativa .....   | 786        |
| 4.4. Contribuição assistencial .....  | 787        |
| 4.5. Desconto no salário dos valores dos produtos adquiridos na empresa.....                                | 787        |
| <b>4.17. Multa do art. 477 da CLT .....</b>   | <b>788</b> |
| 1. Introdução .....   | 788        |
| <b>4.18. Multa do art. 467 da CLT .....</b>   | <b>789</b> |
| 1. Introdução .....   | 789        |

|   |            |
|---|------------|
| 2. Finalidade da multa .....  | 790        |
| 3. Requisitos para incidir a multa .....  | 790        |
| 4. Contestação genérica .....   | 791        |
| 5. Incidência da multa sobre as seguintes verbas .....                          | 793        |
| 6. Não incidência da multa sobre o FGTS 8%.....                                 | 795        |
| 7. Incidência nos casos de revelia .....  | 796        |
| 8. Não incidência nos casos de rescisão indireta .....                          | 798        |
| 9. Não incidência nos casos de pedido de reversão da justa causa.....           | 800        |
| 10. Não incidência nos casos de pedido de reconhecimento de vínculo.....        | 802        |
| 11. Empresas que não pagam a multa mesmo as verbas estando incontroversas ..... | 803        |
| 12. Aplicação da multa do art. 467 da CLT de ofício pelo magistrado .....       | 805        |
| 13. Pedido da multa do art. 467 da CLT de forma ilícida .....                   | 807        |
| <b>4.19. Periculosidade .....</b>   | <b>810</b> |
| 1. Introdução .....   | 810        |
| <b>4.20. Reintegração.....</b>  | <b>810</b> |
| 1. Introdução .....   | 811        |
| <b>4.21. Hora extra com adicional de 50%.....</b>                               | <b>812</b> |
| 1. Introdução .....   | 813        |
| <b>4.22. Vale-transporte .....</b>  | <b>813</b> |
| 1. Introdução .....   | 814        |
| <b>4.23. Vale-cultura – integração no salário .....</b>                         | <b>814</b> |
| 1. Introdução .....   | 814        |
| <b>5. Reconvenção .....</b>   | <b>815</b> |
| 1. Introdução .....   | 815        |
| <b>6. Requerimento final .....</b>  | <b>820</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>5 RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento .....</b>                   | <b>821</b> |
| 1. Conceito .....  | 821        |
| 2. Princípios .....  | 821        |
| 2.1. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....        | 821        |
| 2.2. Primazia do julgamento do mérito .....                      | 822        |
| 3. Juízo de admissibilidade do recurso.....                      | 824        |
| 3.1. 1º juízo de admissibilidade.....                            | 824        |
| 3.2. Juízo de admissibilidade .....                              | 825        |
| 3.2.1. Poderes do relator .....                                  | 825        |
| 4. Pressupostos recursais genéricos.....                         | 826        |
| 4.1. Pressupostos intrínsecos – subjetivos.....                  | 826        |
| 4.1.1. Legitimidade para recorrer.....                           | 826        |
| 4.1.2. Interesse recursal.....                                   | 826        |
| 4.1.3. Capacidade .....  | 826        |
| 4.2. Extrínsecos ou objetivos.....                               | 826        |
| 4.2.1. Preparo .....   | 826        |
| 4.2.1.1. Custas .....  | 827        |
| 4.2.2. Depósito recursal .....                                   | 827        |
| 4.2.2.1. Quem pode pagar 50% do valor do depósito recursal ..... | 828        |
| 4.2.2.2. Substituição do depósito recursal .....                 | 829        |

|   |            |
|---|------------|
| 4.2.2.2.1. Acréscimo de 30% .....   | 832        |
| 4.2.2.3. Forma de pagamento do depósito recursal.....   | 834        |
| 4.2.2.4. Limite do depósito recursal.....   | 834        |
| 4.2.2.5. Aproveitamento do depósito recursal .....  | 835        |
| 4.2.3. Isentos do pagamento do preparo .....  | 835        |
| 4.2.3.1. Ministério Público do Trabalho.....  | 836        |
| 4.2.3.2. Massa falida e a empresa em recuperação judicial .....                               | 836        |
| 4.2.3.3. Entidades fiscalizadoras do exercício profissional.....                              | 837        |
| 4.2.3.4. Beneficiários da justiça gratuita .....  | 837        |
| 4.2.3.5. Quem tem direito à justiça gratuita? .....   | 838        |
| 4.2.3.5.1. Qual é o momento em que deverá ser formulado o<br>pedido de justiça gratuita?..... | 838        |
| 4.2.3.5.2. Prazo para pagamento do preparo.....   | 839        |
| 4.2.4. Recurso feito por advogado .....   | 840        |
| 4.2.5. Tempestividade .....   | 840        |
| 4.2.5.1. Regra dos prazos .....   | 840        |
| 4.2.5.2. Exceção.....   | 840        |
| 4.2.5.2.1. Embargos de declaração – 5 dias .....  | 840        |
| 4.2.5.2.2. Pedido de revisão do valor da causa – 48 horas .....                               | 841        |
| 4.2.5.2.3. Recurso extraordinário – 15 dias .....   | 841        |
| 4.2.5.3. Início do prazo recursal .....   | 841        |
| 4.2.5.3.1. Início da contagem do prazo .....  | 841        |
| 4.2.5.3.2. Intimação ou publicação na sexta.....  | 842        |
| 4.2.5.3.3. Intimação no sábado .....  | 842        |
| 4.2.5.3.4. Publicação eletrônica .....  | 842        |
| 4.2.5.3.5. Intimações por meio eletrônico em portal próprio... ..                             | 842        |
| 4.2.5.3.6. Suspensão do prazo recursal .....  | 843        |
| 4.2.5.3.7. Interrupção do prazo recursal .....  | 843        |
| 4.2.5.3.8. Prazo em dobro .....   | 843        |
| 4.2.5.3.8.1. Não possui prazo em dobro .....  | 844        |
| 5. Efeitos dos recursos .....   | 844        |
| 5.1. Devolutivo.....  | 844        |
| 5.2. Suspensivo .....   | 845        |
| 6. Recurso adesivo .....  | 845        |
| 7. Recurso ordinário .....  | 845        |
| 7.1. Hipóteses de cabimento.....  | 846        |
| 7.1.1. Hipótese 01 .....  | 846        |
| 7.1.2. Hipótese 02.....   | 846        |
| 7.1.3. Hipótese 03.....   | 846        |
| 7.1.4. Hipótese 04.....   | 846        |
| 7.1.5. Hipótese 05.....   | 847        |
| <b>1. Peça de interposição .....</b>  | <b>848</b> |
| <b>2. Razões do recurso ordinário .....</b>   | <b>848</b> |
| <b>3. Requisitos de admissibilidade .....</b>   | <b>848</b> |
| <b>4. Preliminares .....</b>  | <b>849</b> |
| <b>4.1. De cerceamento do direito de defesa .....</b>   | <b>849</b> |
| 1. Introdução .....   | 849        |
| 2. Protesto em audiência.....   | 850        |

|  |            |
|--|------------|
| 3. Indeferimento da oitiva de testemunha por ausência de documento de identidade .....                       | 851        |
| 4. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário .....                            | 853        |
| 5. Alegações de prescrição em contrarrazões .....  | 854        |
| <b>4.2. Incompetência absoluta .....</b>   | <b>854</b> |
| 1. Introdução.....   | 855        |
| <b>5. Prejudicial de mérito .....</b>  | <b>855</b> |
| <b>5.1. Prescrição quinquenal .....</b>  | <b>855</b> |
| 1. Introdução.....   | 856        |
| <b>6. Mérito .....</b>   | <b>856</b> |
| <b>6.1. Hora extra.....</b>  | <b>856</b> |
| 1. Introdução.....   | 857        |
| <b>6.2. Complementação de aposentadoria – alteração.....</b>   | <b>857</b> |
| 1. Introdução.....   | 858        |
| 2. Alteração do regulamento da empresa.....  | 858        |
| 3. Competência do juiz do trabalho para processar e julgar as ações de complementação de aposentadoria ..... | 859        |
| 3.1. Competência da justiça do trabalho – paga diretamente pelo empregador .....                             | 859        |
| 3.2. Competência da justiça comum – paga pela entidade de previdência privada.....                           | 859        |
| <b>6.3. Diferença da prontidão .....</b>   | <b>860</b> |
| 1. Introdução.....   | 861        |
| <b>6.4. Aplicação do art. 940 do CC.....</b>   | <b>862</b> |
| 1. Introdução .....  | 862        |
| <b>6.5. Prescrição de ofício .....</b>   | <b>865</b> |
| 1. Introdução .....  | 865        |
| <b>6.6. Adicional de insalubridade .....</b>   | <b>866</b> |
| 1. Introdução .....  | 867        |
| 2. Agente insalubre diverso do apontado na inicial.....  | 867        |
| <b>6.7. Anotação de dispensa na CTPS.....</b>  | <b>868</b> |
| 1. Introdução.....   | 869        |
| 2. Baixa na CTPS e projeção do aviso prévio indenizado.....  | 869        |
| <b>6.8. Dano moral – revista íntima .....</b>  | <b>870</b> |
| 1. Introdução .....  | 870        |
| 2. Revista efetuada em pertences do empregado .....  | 872        |
| <b>6.9. Juros e correção monetária .....</b>   | <b>873</b> |
| 1. Introdução .....  | 874        |
| 2. Princípio da extrapetição (pedido implícito).....   | 875        |
| 3. Juros de mora e correção monetária.....   | 875        |
| <b>6.10. Revelia e confissão quanto à matéria de fato.....</b>   | <b>875</b> |
| 1. Introdução .....  | 876        |
| 2. Revelia .....   | 876        |
| 3. Confissão ficta.....  | 877        |
| 4. Carta de preposto .....   | 878        |
| 5. Atraso na audiência das partes – tolerância? .....  | 880        |
| 5.1. Algumas considerações sobre o sistema de precedentes .....  | 882        |
| <b>6.11. Responsabilidade subsidiária da segunda ré.....</b>   | <b>888</b> |
| 1. Introdução .....  | 888        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>6.12. Adicional de insalubridade .....</b>      | <b>889</b> |
| 1. Introdução .....                                | 889        |
| <b>6.13. Correção monetária dos salários .....</b> | <b>891</b> |
| 1. Introdução .....                                | 891        |
| 2. Alteração da data de pagamento do salário.....  | 892        |
| 3. Índice utilizado para atualização .....         | 892        |
| <b>6.14. Hora intrajornada .....</b>               | <b>895</b> |
| 1. Introdução.....                                 | 895        |
| 2. Intervalo não concedido .....                   | 895        |
| <b>7. Do pedido .....</b>                          | <b>896</b> |

## **6 CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO – Treinamento .....** 897

|   |            |
|---|------------|
| 1. Introdução.....  | 897        |
| 2. Prazo.....   | 897        |
| 3. Juízo competente para receber as contrarrazões.....                            | 897        |
| <b>1. Peça de interposição .....</b>  | <b>897</b> |
| <b>2. Razões .....</b>  | <b>898</b> |
| <b>3. Requerimentos preliminares.....</b>   | <b>898</b> |
| <b>3.1. Intempestividade do recurso .....</b>                                     | <b>898</b> |
| <b>3.2. Cerceamento do direito de defesa .....</b>                                | <b>899</b> |
| 1. Introdução .....   | 899        |
| 2. Prova pericial – indeferimento.....  | 900        |
| 3. Prova testemunhal – indeferimento .....  | 901        |
| 4. Cerceamento de defesa.....   | 902        |
| 5. Alegações do cerceamento de defesa em contrarrazões do recurso ordinário ..... | 903        |
| <b>4. Mérito .....</b>  | <b>904</b> |
| <b>4.1. Categoria diferenciada – diferenças salariais.....</b>                    | <b>904</b> |
| 1. Introdução .....   | 904        |
| 2. Definição do enquadramento sindical x aplicação de normas coletivas.....       | 905        |
| 3. Estabilidade x categoria diferenciada .....                                    | 907        |
| <b>4.2. Hora extra.....</b>   | <b>907</b> |
| 1. Introdução .....   | 908        |
| <b>4.3. Salário <i>in natura</i> .....</b>  | <b>908</b> |
| 1. Introdução .....   | 908        |
| 2. Requisitos para caracterização do salário <i>in natura</i> .....               | 909        |
| <b>4.4. Diária para viagem .....</b>  | <b>909</b> |
| 1. Introdução .....   | 909        |
| <b>4.5. Equiparação salarial .....</b>  | <b>910</b> |
| 1. Introdução.....  | 910        |
| <b>5. Requerimentos finais.....</b>   | <b>911</b> |

## **7 EMBARGOS À EXECUÇÃO – Treinamento .....** 913

|                    |     |
|--------------------|-----|
| 1. Introdução..... | 913 |
|--------------------|-----|

|   |            |
|---|------------|
| <b>1. Cabeçalho .....</b>   | <b>914</b> |
| <b>2. Tempestividade e garantia da execução.....</b>                      | <b>914</b> |
| <b>3. Teses de defesa .....</b>   | <b>914</b> |
| <b>3.1. Prescrição intercorrente .....</b>                                | <b>914</b> |
| 1. Introdução .....   | 915        |
| <b>3.2. Bem de família .....</b>  | <b>915</b> |
| 1. Introdução .....   | 916        |
| 2. Penhora de vaga de garagem .....                                       | 917        |
| 3. Imóvel locado para terceiro .....                                      | 918        |
| 4. Momento para arguir a impenhorabilidade do bem de família.....         | 919        |
| <b>3.3. Correção monetária.....</b>                                       | <b>920</b> |
| 1. Introdução.....  | 920        |
| 2. Momento de aplicação da correção monetária – verbas trabalhistas ..... | 923        |
| 3. Momento de aplicação da taxa referencial – dano moral .....            | 923        |
| 4. Juros de mora.....   | 924        |
| <b>3.4. Multa do art. 523, § 1º do CPC.....</b>                           | <b>925</b> |
| 1. Introdução .....   | 925        |
| <b>4. Do pedido .....</b>   | <b>927</b> |
| 1. Introdução.....  | 927        |
| 2. Fonte subsidiária.....   | 927        |
| 2.1. Multa do art. 523 do CPC.....  | 927        |
| 3. Títulos executivos .....   | 928        |
| 4. Início da execução .....   | 928        |
| 5. Liquidação de sentença .....   | 929        |
| 5.1. Métodos.....   | 929        |
| 5.2. Respeito a coisa julgada .....                                       | 929        |
| 5.3. Aplicação de correção monetária .....                                | 930        |
| 5.4. Aplicação de juros .....   | 934        |
| 5.5. Manifestação das partes .....  | 935        |
| 5.5.1. Cabimento do Mandado de Segurança .....                            | 935        |
| 5.6. Cálculos complexos .....   | 936        |
| 6. Mandado de penhora .....   | 936        |
| 6.1. Citação na execução .....  | 936        |
| 6.2. Requisitos da citação .....  | 937        |
| 6.3. Modo da citação .....  | 937        |
| 7. Meios indiretos de execução .....                                      | 937        |
| 8. Meio direto de execução .....  | 939        |
| 8.1. Penhora.....   | 939        |
| 8.1.1. Penhora nos bens do sócio.....                                     | 940        |
| 8.1.1.1. Conceito de desconsideração da personalidade jurídica.....       | 941        |
| 8.1.1.2. Consequência da desconsideração da personalidade jurídica...     | 941        |
| 8.1.1.3. Previsão legal .....   | 941        |
| 8.1.1.4. Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica ...    | 941        |
| 8.1.1.4.1. Primeiro deve ser instaurado um incidente, a                   |            |
| requerimento da parte ou do Ministério Público.....                       | 941        |
| 8.1.1.4.2. O incidente vai ocorrer nos próprios autos do                  |            |
| Processo Judicial em que foi suscitado.....                               | 942        |



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| 8.1.1.4.3. Demonstração que a pessoa jurídica não possui bens suficientes para o pagamento da dívida..... | 943        |
| 8.1.1.4.4. Citação do sócio para apresentar defesa.....   | 945        |
| 8.1.1.4.5. Suspensão do processo principal.....   | 946        |
| 8.1.1.4.6. Instrução processual do incidente .....  | 946        |
| 8.1.1.4.7. Decisão e recurso.....   | 947        |
| 8.1.1.4.8. Ausência de desconsideração e penhora de bens do sócio .....                                   | 948        |
| 8.1.1.5. Sócio oculto.....  | 949        |
| 8.1.1.5.1. Responsabilidade pelas dívidas trabalhistas do sócio oculto .....                              | 951        |
| 8.1.1.5.2. Ônus da prova da condição de sócio oculto .....  | 951        |
| 8.1.1.5.3. Programa para o juízo da execução achar o sócio oculto .....                                   | 952        |
| 8.1.1.5.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....                                   | 952        |
| 8.1.2. Penhora nos bens do sócio retirante .....  | 954        |
| 8.1.3. Ordem de preferência na penhora .....  | 955        |
| 8.1.4. Penhora de imóveis e veículos automotores.....   | 956        |
| 8.1.5. Penhora em outra cidade.....   | 956        |
| 8.1.6. Alienação antecipada dos bens.....   | 956        |
| 8.1.7. Penhora em execução provisória .....   | 957        |
| 8.2. Bens impenhoráveis .....   | 957        |
| 8.2.1. Possibilidade de penhora dos salários.....   | 958        |
| 9. Expropriação dos bens do devedor .....   | 964        |
| 9.1. Remição .....  | 964        |
| 9.2. Adjudicação .....  | 966        |
| 9.3. Alienação por hasta pública .....  | 966        |
| 9.3.1. Arrematação .....  | 966        |
| <b>8 AGRAVO DE PETIÇÃO – Treinamento .....</b>  | <b>969</b> |
| 1. Introdução.....  | 969        |
| 2. Prazo.....   | 972        |
| 3. Requisitos .....   | 973        |
| <b>Peça de interposição.....</b>  | <b>977</b> |
| <b>Razões.....</b>  | <b>978</b> |
| <b>I – Pressupostos de admissibilidade .....</b>  | <b>978</b> |
| <b>II – Mérito .....</b>  | <b>979</b> |
| <b>III – Do pedido .....</b>  | <b>980</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>   | <b>981</b> |